

Educação

Isabel Flores

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte



Pandemia pode pôr em causa progressos alcançados nos últimos anos

A educação é uma área onde se verificou um acentuado progresso no país nos últimos anos, constituindo um importante motor do desenvolvimento social e económico. Há, porém, desafios ainda por vencer, cujo resultado pode ser posto em causa em virtude da pandemia:

- › O acesso ao sistema educativo ainda não é universal para os alunos na faixa etária dos 6 aos 18 anos;
- › O investimento em infraestruturas e equipamentos tem sido reduzido;
- › A formação dos professores em áreas técnicas é insuficiente;
- › A origem social dos alunos tem demasiado impacto nos resultados das aprendizagens.

A frequência da escola por todas as crianças e jovens é o indicador-chave do desempenho de um sistema de ensino. De acordo com os últimos dados (2019), o pré-escolar e o ensino secundário apresentam as taxas reais de escolarização¹ mais elevadas de sempre: 92% e 82% respetivamente. Já o mesmo indicador para os restantes ciclos revela quebras: no primeiro ciclo, assiste-se a uma queda para 96%, depois de ter permanecido nos 100% entre 1981 e 2013; o segundo e terceiro ciclos situam-se nos 89%, tendo entrado em queda desde 2012, ano em que atingiu os 92%. E a pandemia poderá ter conduzido a um abandono do sistema por parte de um maior número de alunos que nos anos anteriores, tendo o inquérito aos diretores escolares realizado pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) em relação ao encerramento de 2020 revelado que 2% dos alunos saíram dos radares da escola².

Quanto ao investimento em equipamento e instalações representa apenas 4% da despesa por aluno³

bastante abaixo dos 8% da média dos países da OCDE. Este valor deve-se ao facto de Portugal ter uma elevada carga letiva no total da escolaridade⁴ (153 mil horas, comparado com 120 mil na média da OCDE), o que implica um maior gasto acumulado em docentes, sobrando menos verbas para investimento em capital. Em 2018, os equipamentos informáticos nas escolas eram escassos⁵ – um computador para cada cinco alunos – e obsoletos, devido à sua insuficiente renovação desde 2010. Esta realidade colocou as escolas numa situação de grande fragilidade para responder à pandemia, que exigiu o recurso a tecnologias digitais.

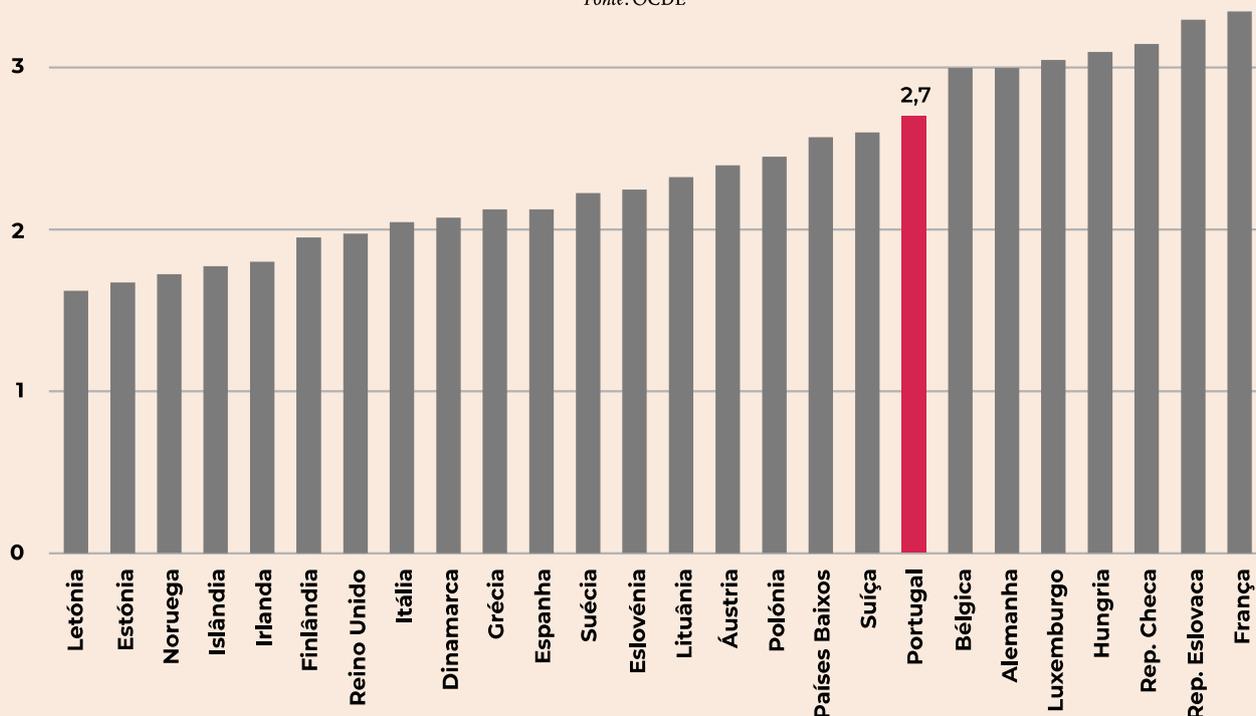
Se antes de 2020 o atraso nas aprendizagens dos alunos mais desfavorecidos já era enorme, é provável que este desnível se tenha alargado com a pandemia

Outra fragilidade que a pandemia revelou de forma aguda foi a carência de professores com formação em tecnologias da informação⁶, já constatada em 2018⁷. A falta de preparação dos professores nesta área prejudicou a qualidade das respostas no ensino à distância no que diz respeito à utilização de meios digitais. Ainda assim, 40% dos professores declararam sentir-se bem apetrechados para utilizar as tecnologias de informação em contexto pedagógico⁸.

O desempenho dos alunos portugueses medido pelos indicadores internacionais tem vindo a melhorar, estando, no último ciclo de comparações, na média da OCDE (PISA, 2018) ou mesmo acima (TIMMS, 2019). No entanto,

Anos de atraso nas aprendizagens entre o quintil mais favorecido e o menos favorecido

Fonte: OCDE



Portugal apresenta uma das maiores diferenças entre os resultados das aprendizagens dos alunos do estrato socioeconómico mais elevado e dos alunos do estrato socioeconómico mais baixo.

há ainda um longo caminho a percorrer para que a escola possa potenciar aprendizagens para todos os alunos, sem excluir ninguém, e garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória com um adequado nível de qualificação. A percentagem de alunos que terminou os 12 anos de escolaridade no tempo previsto foi de 55% (na OCDE a percentagem é de 71%), passando para 73% se incluirmos os alunos que necessitaram de mais dois anos para o fazer (na OCDE, 81%)⁹. É provável que estes números se agravem, pois o período de pandemia pode ter levado a que os alunos arrastem o seu percurso escolar.

Por fim, devem ser reconhecidas as desigualdades na qualidade das aprendizagens. A associação entre o estatuto socioeconómico e cultural¹⁰ das famílias e a qualidade das aprendizagens dos alunos é evidente (ver gráfico), com os alunos provenientes do quintil socioeconómico mais desfavorecido a apresentarem, aos 15 anos, mais de 2,5 anos de atraso nas aprendizagens face aos seus colegas provenientes dos estratos sociais mais favorecidos¹¹.

Se antes de 2020 o atraso nas aprendizagens dos alunos mais desfavorecidos já era enorme, é provável que este desnível se tenha alargado com a pandemia, como começa a ser documentado por estudos internacionais¹².

¹ Número de alunos matriculados em cada nível de ensino face à população dos mesmos níveis etários, Pordata.

² https://www.cnedu.pt/content/iniciativas/estudos/Educacao_em_tempo_de_Pandemia.pdf.

³ A despesa por aluno em 2017 foi de 9700 USD (PPP), perto da média da OCDE de 10.000 USD por aluno.

⁴ Eurostat.

⁵ DGEEC.

⁶ OCDE – TALIS.

⁷ Estes dados são referentes a professores do terceiro ciclo e secundário, OCDE.

⁸ OCDE.

⁹ OCDE.

¹⁰ Indicador retirado do PISA (OCDE) que mede a capacidade económica das famílias, nível de escolaridade e qualidade do emprego dos progenitores e o acesso a bens culturais.

¹¹ OCDE.

¹² Weidmann, B., Allen, et al (2021) COVID-19 disruptions: Attainment gaps and primary school responses, Education Endowment Foundation.

Ensino remoto de emergência: diversidade de respostas não evitou o aprofundamento das desigualdades

Entre março de 2020 e março de 2021 as escolas do primeiro ciclo estiveram encerradas num total de 18 semanas, representando 25% do período letivo previsto para dois anos

A situação pandémica obrigou à adoção de políticas de emergência para que as escolas continuassem a funcionar em regime não-presencial. Entre 16 de março de 2020 e 15 de março de 2021 as escolas do primeiro ciclo estiveram encerradas num total de 18 semanas, representando 25% do período letivo previsto para dois anos¹.

Perante o encerramento, impunham-se políticas que permitissem a aprendizagem a partir de casa, garantindo que todos os alunos, em todos os níveis de escolaridade e percursos formativos, pudessem continuar a ter acesso ao sistema universal de educação. No entanto, o planeamento e o desenho de políticas foram muito dificultados pela imprevisibilidade da duração do encerramento.

Em Portugal existia uma experiência de Ensino à Distância (E@D), dirigida a um pequeno conjunto de alunos itinerantes ou impedidos de frequentar a escola². Este programa foi uma das referências usadas durante o ensino à distância da pandemia, a par da emulação de estratégias adotadas por outros países.

De entre os países de OCDE, Portugal destaca-se pela diversidade de respostas encontradas³ para manter as aprendizagens, espelhando a preocupação em chegar ao maior número possível de alunos. As escolas foram desenhando as suas respostas balizadas por diretrizes da tutela, utilizando a autonomia prevista e baseando-se no profissionalismo dos professores e no sentido de responsabilidade das comunidades.

Como resposta imediata foi solicitada a resolução de trabalhos em papel, tanto nos manuais como em fichas que eram enviadas por email ou com o apoio dos CTT, Juntas de Freguesia e outros organismos (como algumas corporações de polícia). Estabeleceu-se uma comunicação regular, por telefone e email, com encarregados de educação e alunos para o desenvolvimento e correção destes trabalhos.

A necessidade de apoio para a mudança foi acautelada pela Direção-Geral de Educação (DGE) que, no início do primeiro fechamento, disponibilizou uma página na Internet⁴ destinada a ajudar os docentes a adaptarem-se ao contexto, onde se publicou legislação, roteiros de apoio e guias de boas práticas. Esta plataforma teve mais de meio milhão de utilizadores, revelando-se um instrumento útil para estruturar a ação dos docentes e direções escolares. Foram criadas brigadas de apoio para colaborar com as escolas na construção dos seus planos de ensino remoto. A tutela manteve também comunicação regular com os diretores.

¹ Os restantes ciclos estiveram encerrados um pouco mais devido à estratégia de reabertura faseada em 2021.

² <https://www.dge.mec.pt/ensino-distancia-0>

³ https://read.oecd-ilibrary.org/education/the-state-of-school-education_201dde84-en#page16.

⁴ <https://apoioescolas.dge.mec.pt/>.

O recurso a plataformas digitais com a possibilidade de aulas síncronas tornou-se o meio mais usado para realizar as aulas (em todas as faixas etárias), tendo sido adotado por mais de 90% das escolas⁵. Esta utilização em massa tornou-se uma realidade devido à organização de ações de formação de professores entre pares, no seio de cada agrupamento, e também à criação de cursos de formação de professores em metodologias digitais. A DGE estabeleceu uma parceria com a Universidade Aberta onde se proporcionou formação a 2500 professores durante o ano de 2020⁶. Porém, mesmo nos casos em que a capacidade tecnológica esteve disponível, a sua utilização nem sempre foi a mais criativa, com os alunos a reportar que a tarefa mais frequentemente realizada nas aulas foi a realização de “fichas” e que cerca de 50% das aulas síncronas serviram para ouvir o professor a “ler o manual”⁷.

Em abril de 2020 foi lançado o projeto #EstudoEmCasa com transmissão de aulas pela televisão com o objetivo de chegar aos alunos com dificuldades de acesso a computadores e redes de internet. De realçar a introdução de Língua Gestual Portuguesa em todas as aulas, sinalizando as preocupações de inclusão. Este projeto foi desenvolvido com a colaboração de docentes, da RTP e da Fundação Calouste Gulbenkian. Estima-se em 10.000⁸ o número de alunos com acesso a conteúdos exclusivamente por esta via. Disponibilizaram-se ainda canais de YouTube⁹ para partilha de vídeos amadores realizados por professores e validados a nível de conteúdos pelas Associações de Professores e Sociedades Científicas. Estes canais contam com mais de 120.000 subscritores oferecendo vídeos com conteúdos de várias disciplinas desde o pré-escolar ao secundário. A disciplina de Matemática foi a que mais partilhas mobilizou, num total de 2150 vídeos disponibilizados.

A tutela reconheceu que um elevado número de alunos e de docentes não estava suficientemente bem equipado para que o ensino pudesse realizar-se apenas nas plataformas digitais. No fechamento de 2020 estas dificuldades foram claras, estimando-se em cerca de 35% o número de alunos no ensino público com acesso condicionado¹⁰. Para dar resposta a esta situação foi lançado um programa de aquisição de 450 mil computadores para alunos e docentes¹¹. Grande parte destes computadores não chegaram, porém, a tempo do segundo confinamento, em janeiro de 2021, embora se tenha assegurado a entrega de 100 mil computadores aos alunos mais carenciados. Esta foi uma oportunidade para renovar os equipamentos ao dispor de alunos e docentes, que continuarão a ser utilizados na modernização digital do ensino. Este programa, integrado no Plano de Ação para a Transição Digital, contou com o apoio de fundos comunitários no valor de 400 milhões de euros¹². Parte já foi aplicada na aquisição de computadores e serviços conexos, o remanescente será utilizado para financiar a modernização da rede escolar, permitir a transição para manuais digitais, comprar software educativo e reforçar a formação de docentes e alunos na utilização dos meios digitais.

A nível de medidas para os alunos com necessidades especiais foram criados Centros de Recursos para a Inclusão, cuja procura foi crescendo ao longo da pandemia. Estes apoios foram desenvolvidos em modo remoto ou presencial, beneficiando de uma parceria com a Ordem dos Psicólogos. Mantiveram-se abertas entre 668¹³ e 1500¹⁴ escolas para servir refeições a alunos carenciados, chegando a uma média diária de 20.000 almoços no primeiro encerramento e de 40.000 no segundo¹⁵. Estas escolas serviram também para acolher os filhos dos funcionários dos serviços essenciais no combate à pandemia¹⁶, com uma procura diária de 409 crianças (2020) e cerca de 6.000 em 2021. No segundo encerramento este serviço foi alargado a alunos com necessidades especiais e alunos sem condições

A falta generalizada de computadores e a deficiente preparação e motivação dos professores para a utilização de ferramentas digitais dificultaram o ensino à distância

⁵ [https://www.dgeec.mec.pt/np4/474/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1161&fileName=Relatorio_do_questionario_escolas_on_fin.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/474/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1161&fileName=Relatorio_do_questionario_escolas_on_fin.pdf).

⁶ <https://portal.uab.pt/noticias/universidade-aberta-e-direcao-geral-de-educacao-formam-professores-para-a-educacao-a-distancia/>.

⁷ DGEEC (2020) Questionário Estamos On com as escolas.

⁸ DGEEC (2020) Questionário Estamos On com as escolas.

⁹ <https://www.youtube.com/channel/UCDM1UhwP9gUPSGWMXP6EwWQ>.

¹⁰ <https://kc-economics-of-education.github.io/ensino-distancia-resultados>.

¹¹ <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacaocomunicado?i=univer-salizacao-da-escola-digital-arranca-com-a-disponibilizacao-de-cem-mil-computadores-e-de-plano-de-formacao>.

¹² <https://dre.pt/home/-/dre/138461850/details/maximized>.

¹³ https://www.dgeste.mec.pt/index.php/destaque_/escolas-de-referencia-para-o-servico-de-refeicoes-e-acolhimento-de-filhos-do-pessoal-hospitalar-e-de-emergencia/ (em 2020).

¹⁴ Dados fornecidos pelo Ministério da Educação (2021).

¹⁵ Dados fornecidos pelo Ministério da Educação.

¹⁶ Pessoal de saúde, forças de segurança, entre outros.

As escolas experimentaram novas formas de organização e de autonomia, com a consequente diversidade na qualidade e quantidade de respostas

para ensino à distância com uma procura diária média de 9000 alunos¹⁷. Para manter estas escolas a funcionar foram necessários mais de 26.000 profissionais por dia que asseguraram em modo presencial o apoio a todos os que necessitaram deste serviço.

Importa ainda referir as medidas no âmbito da avaliação, para que os alunos não fossem penalizados pelo afastamento da sala de aula. A tutela optou por cancelar as provas de aferição destinadas ao ensino básico, os exames do 9.º ano e do secundário que não fossem necessários para o acesso ao Ensino Superior. Permaneceram como exames obrigatórios apenas as provas necessárias para o acesso ao Ensino Superior. Para estas provas o Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) definiu um conjunto de itens obrigatórios e outros facultativos, por forma a que os alunos pudessem não responder a questões cujo conteúdo tivesse sido mal aprendido, tendo as classificações melhorado de forma muito expressiva face a anos anteriores. Em 2021 os exames deverão obedecer a uma lógica similar.

Todas estas medidas, com a exceção da aquisição de equipamentos, foram levadas a cabo com recurso ao orçamento regular do Ministério da Educação e a parcerias com o poder local e agentes da comunidade civil.

De salientar que foi possível reunir diversas parcerias, contar com o apoio do poder autárquico e juntar escola e família em torno de um objetivo comum. As escolas no início da pandemia tiveram de se mobilizar, experimentando novas formas de organização, e foram forçadas a ser mais autónomas na decisão, com a consequente diversidade na qualidade e quantidade de respostas. O afastamento físico e a dificuldade em avaliar de modo tradicional, via testes e exames, induziu a experimentação de outras ferramentas avaliativas (trabalhos, exposições, posters, portfólios) que poderão ser úteis para repensar a avaliação como instrumento formativo. Os alunos constatarem que esta foi uma oportunidade para melhorar as suas competências informáticas, mas sentiram falta da atividade física organizada¹⁸.

Por outro lado, a falta generalizada de computadores nas escolas e nas famílias, assim como a deficiente preparação e motivação dos professores para a utilização de ferramentas digitais, terão dificultado a generalização do ensino à distância, especialmente para a lecionação universal de novos conteúdos. O atraso do Governo na publicação das linhas diretrizes sobre os planos de resposta de emergência a nível de cada agrupamento, que só surgiu nas vésperas do início do terceiro período de 2020¹⁹, terá atrasado a capacidade de organização, truncando as respostas no imediato.

É ainda cedo para compreender o impacto do encerramento nas aprendizagens, já que as eventuais perdas podem levar tempo a manifestar-se.

O IAVE, em janeiro de 2021, fez um diagnóstico preliminar a alunos do 3.º, 6.º e 9.º anos com o objetivo de avaliar o estado das aprendizagens em língua, matemática e ciências²⁰. Concluiu que, em quase todas as tarefas, mais de 50% dos alunos estava abaixo do nível considerado desejado. Nas tarefas mais complexas esse valor ultrapassava os 75%. As maiores dificuldades surgiam nos alunos do 6.º e 9.º ano. Por outro lado, o Conselho Nacional de Educação refere que os professores do primeiro ciclo foram os que mais sinalizaram perdas relevantes nas aprendizagens²¹.

Diversos estudos internacionais²² já começaram a estudar estas perdas e concluem que não são transversais, aparecendo os alunos mais desfavorecidos como os mais prejudicados. O alargamento das desigualdades está assim no topo da lista das preocupações. O problema das desigualdades na aprendizagem já era o grande desafio da educação, apesar de algo escondido. A pandemia tornou-o notório. ▶

¹⁷ Dados fornecidos pelo Ministério da Educação (2021).

¹⁸ <https://iave.pt/wp-content/uploads/2021/03/Estudo-Diagnostico-das-Aprendizagens-Apresentacao-de-Resultados-2.pdf>.

¹⁹ <https://dre.pt/application/conteudo/131393158>.

²⁰ <https://iave.pt/wp-content/uploads/2021/03/Estudo-Diagnostico-das-Aprendizagens-Apresentacao-de-Resultados-2.pdf>.

²¹ CNE (2021), https://www.cnedu.pt/content/iniciativas/estudos/Educacao_em_tempo_de_Pandemia.pdf.

²² Hanushek, E. and L. Woessmann (2020), "The economic impacts of learning losses", OECD Education Working Papers, No. 225, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/21908d74-en>; EEF (2021) Impact of COVID-19 disruptions in primary schools: attainment gaps and school responses https://educationendowmentfoundation.org.uk/public/files/Covid-19_disruptions_attainment_gaps_and_primary_school_responses_-_May_2021.pdf.